



Sessão temática: Movimentos sociais e Serviço Social
Mesa coordenada Serviço Social, lutas e resistências dos movimentos sociais na conquista do espaço urbano

CONJUNTURA, CIDADES E MOVIMENTOS SOCIAIS

CAROLINE RODRIGUES DA SILVA¹

Resumo: A democracia brasileira vive um golpe civil-parlamentar desde 2016. Nesse contexto esse artigo tem como objetivo analisar a crise da institucionalidade democrática e seus desdobramentos para as lutas urbanas pós-golpe de 2016, buscando apontar os desafios para garantia do direito à cidade. Inicialmente apresentará as principais violações aos direitos ocorridas neste período, com destaque para as alterações legislativas referentes à Política de Habitação de Interesse Social. Posteriormente será problematizado a resistência da sociedade civil, dando ênfase ao aumento da violência pelo Estado.

Palavras Chaves: Democracia; Movimentos Sociais; Política De Habitação de Interesse Social; Serviço Social.

Abstract: Brazilian democracy faces a civil-parliamentary coup since 2016. In this context, this article is going to analyze the institutional democracy crises and its consequence to urban struggle after coup. It will also trying to identify nowadays challenge to the right to the city. Initially it shows the main rights's violation occurred during this period, highlighting law changes in regard of Social Housing Policy. Later it analyzes civil society resistance with emphasis for state violence increase.

Keywords: Democracy; Social Movement; Social Housing Policy.

INTRODUÇÃO

O contexto do golpe civil-parlamentar à democracia brasileira colocou para o Serviço Social determinações sociais, políticas e econômicas nunca antes vistas². Vive-se uma crise da institucionalidade democrática ao mesmo tempo em que se intensifica o processo de desmonte do Estado e de ataque às políticas sociais.

Se nos anos 1970 e 1980 as lutas sociais eram pela redemocratização do País e pela garantia de direitos pelo Estado, passadas três décadas das lutas travadas a partir da Constituição de 1988, o que predomina na sociedade é o

¹ Estudante de Pós-Graduação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: <trabalhos@alvoseventos.com.br>.

² Desde 31 de agosto de 2016 a presidenta Dilma Rousseff foi impedida de continuar o mandato para qual foi eleita por 54,5 milhões de brasileiros, que representavam 51,6% dos votos válidos na época. (TSE/2014). Denominamos que houve um golpe civil-parlamentar porque foi feito um arranjo institucional e jurídico para seu afastamento.

ceticismo quanto ao sistema de representação política vigente, a desconfiança em relação às instituições, a supervalorização do poder judiciário e executivo em detrimento do poder legislativo e a reedição de práticas políticas conservadoras que promovem enormes retrocessos de direitos conquistados pelos trabalhadores e movimentos sociais.

A luta pela democracia que parecia página virada da história brasileira desde o fim da ditadura voltou ao campo de batalha das forças liberais e progressistas. Se por um lado a nossa democracia tenha sido sempre liberal, caracterizada pela alternância de poder entre as elites e nunca pela divisão deste com o povo; até então essa concepção minimalista de democracia não tinha tido seus ritos eleitorais interrompidos, as regras do jogo político alteradas nem partidos perseguidos. Esse revés histórico certamente coloca enormes desafios para a sociedade civil e, em especial, para os movimentos sociais.

As forças repressoras do Estado transformam os conflitos sociais, típicos dos regimes democráticos, em sinônimo de desordem e perigo. Em nome “da ordem e do progresso” a velha prática da violência tornou-se corriqueira e os valores conservadores e a ideologia fascista ganharam adeptos. Mesmo ante a este cenário, partimos da premissa que há resistências em curso e sujeitos políticos disputando o sentido da democracia, logo, nos parece premente que o Serviço Social defenda intransigentemente a democracia como única saída para construção de uma sociedade menos desigual.

Nesse contexto as cidades tornam-se cada vez mais antidemocráticas e militarizadas. O caos urbano impulsionado pelo modelo de desenvolvimento adotado pelos governos petistas (2001-2016) fomentou o crescimento do poder das corporações e a captura dos governos locais pela lógica neoliberal de produzir o espaço urbano. Aprofundando essa tendência, os megaeventos esportivos³ transformaram as cidades brasileiras em ativos financeiros do mercado imobiliário, se valendo tanto da violação às regulamentações locais – Leis Orgânicas Municipais, Planos Diretores, Estatuto das Cidades; do atropelo às instituições democráticas – Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas, Ministério Público; como da ausência de controle social sobre os vultosos

³ Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016.

recursos públicos investidos nas cidades já que as instâncias de participação instituídas foram escantiadas.

Diante desse quadro o ciclo de manifestações de junho de 2013 já denunciava que a adoção deste modelo de desenvolvimento urbano tinha sido desastrosa. Havia uma enorme insatisfação com esse modo de se produzir cidades, tanto que a injustiça social gerada pelos processos de despossessão (HARVEY, 2003), gentrificação (DUARTE, 2005) e segregação sócio-espacial (VILAÇA, 1997) explodiu, lotando ruas e avenidas de diversas cidades.

Na luta pelo direito à cidade emergiram na cena pública movimentos sociais organizados, grupos autonomistas, ativistas sociais, coletivos identitários, entre outros; que apresentavam uma nova gramática política, táticas de ação e agenda de luta bastante heterogênea. Muitos desses atores passam a fazer política fora da institucionalidade democrática. Intensificam-se as ocupações de prédios e terrenos vazios, as mobilizações via redes sociais, a presença constante nas ruas, a tática dos *Black Blocs*, a relevância de lutas identitárias, com recorte de gênero, étnico racial e geracional. Esse conjunto de iniciativas complexificaram a sociedade civil e passam a ressignificar o sentido da política e da própria democracia.

Isso posto, esse artigo tem como objetivo analisar a crise da institucionalidade democrática e seus desdobramentos para as lutas urbanas pós-golpe de 2016, buscando apontar desafios para garantia do direito à cidade. Para tanto, inicialmente será apresentado um panorama das principais violações ao direitos perpetradas pelo governo do presidente não eleito Michel Temer, que incidem sobre o espaço urbano e sobre a vida dos trabalhadores das cidades, com destaque para as alterações legislativas referentes à Política de Habitação de Interesse Social; posteriormente será problematizada a resistência da sociedade civil, dando ênfase ao aumento da violência pelo Estado Golpista e a ameaça que representa a nossa frágil democracia.

DESENVOLVIMENTO

O golpe e o ataque ao Direito à Cidade

Desde o golpe civil-parlamentar à democracia brasileira aprofundou-se o processo de desmonte das políticas urbanas. De lá pra cá foram reeditadas práticas autoritárias e promovidos enormes retrocessos dos direitos conquistados por anos de luta dos movimentos sociais, em especial pelo Movimento Nacional da Reforma Urbana⁴. Nesse tópico apresentaremos breve panorama das violações ao direito à cidade desde o golpe.

Como parte do ataque à Constituição Brasileira que assegura a função social da propriedade, em dezembro de 2016 o governo de Michel Temer criou a Medida Provisória 759⁵ que foi aprovada e se transformou na Lei nº 13.465 /2017. Na área urbana essa lei coloca em risco o direito à cidade dos mais pobres já que flexibiliza as regras da regularização fundiária de modo a favorecer o mercado imobiliários, permite que ocupações ilegais de alto padrão sejam legalizadas sem ônus aos proprietários, autoriza que terras públicas sejam repassadas à iniciativa privada sem nenhuma contrapartida ao Estado e ainda impede a definição de Áreas Especiais de Interesse Social nas cidades.

Avaliamos que a MP 759 representa uma política de Estado que rompe com as barreiras de acumulação do capital que nos fala Harvey (2005) já que rompe com os “limites naturais” de acumulação de capital ao tornar a posse da terra – urbana e rural - um meio de produção para o capital, ou seja, ao dotá-la de valor de troca e negar o seu valor de uso. Vale lembrar que de acordo com Harvey (2005), no processo de valorização dos ativos do capital, existem seis barreiras de acumulação a serem superadas:

(I) capital inicial sob a forma de dinheiro insuficiente; (II) escassez de oferta de trabalho ou dificuldades políticas com esta; (III) meios de produção inadequados, incluindo os chamados “limites naturais”; (IV) tecnologias e formas organizacionais inadequadas; (V) resistências ou ineficiências no processo de trabalho; e (VI) falta de demanda fundamentada em dinheiro para pagar no mercado (HARVEY, 2005, p.46-47).

⁴O Movimento Nacional da Reforma Urbana (MNRU) foi responsável pela incorporação dos artigos 182 e 183 na Constituição de 1988. Embora tenha surgido no processo da constituinte e da transição democrática dos anos 1980, desde a década de 1960 os movimentos sociais já se unificavam em torno da luta pelas Reformas de Base de Jango. (MARICATO, 1996)

⁵Para maiores informações consultar a “Carta ao Brasil Medida provisória (MP) nº 759/2016: A desconstrução da Regularização Fundiária no Brasil”, que faz a crítica da MP e é assinada por 132 entidades que defendem o direito à cidade entre os quais destacamos: movimentos sociais, sindicatos, associações, academia, fundações, fóruns, redes, ONGs. Acesso em 24/03/17: <https://contramp759.wixsite.com/cartaaobrasil>

Além disso, a MP 759 expressa uma ação do Estado que estimula e especulação imobiliária e a concentração fundiária e, ao fazê-la, impõe os trabalhadores que eles, cada vez mais, tenham que lidar com a frustração de ser despejado, de ver o sonho da casa própria muito distante das suas possibilidades materiais, de conviver com aluguéis abusivos, com o crescimento da família sem que o espaço da casa siga a mesma tendência. Logo, MP 759 aprofunda demasiadamente a espoliação urbana (KOWARICK, 1979), exigindo cada vez mais que os trabalhadores garantam a sua própria reprodução social e de sua família, custe o que custar.

Ainda como parte do desmonte da Constituição Brasileira, que assegura em seu artigo 6º que a moradia é um direito social de todos, em setembro de 2017 o governo de Michel Temer enviou projeto de orçamento para 2018 para o Congresso Nacional, no qual zerava os recursos destinados para à habitação de interesse social. Contra esse corte de direitos sociais os movimentos sociais, principalmente aqueles ligados a Plataforma da Reforma Urbana, ocuparam às ruas de diversas cidades como São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre e Manaus. Em Brasília realizaram passeata para pressionar o relator da lei orçamentária na Câmara, Cacá Leão (PP-BA). Abaixo a Nota Pública dos movimentos sobre o Orçamento Federal para Habitação em 2018:

TEMER SAQUEIA O POVO POBRE E ACABA COM O MINHA CASA MINHA VIDA. Com indignação e revolta, vimos a proposta orçamentária para 2018, enviada pelo governo golpista e ilegítimo de Michel Temer ao Congresso Nacional em 31 de agosto passado. Dentre os cortes em diversas áreas sociais, destacamos que a proposta de orçamento ZERA a rubrica MORADIA DIGNA. Exatamente isso: o governo golpista Temer, não destina Um Real sequer para habitação popular!

Isto impacta em toda a ação em Habitação do governo federal, atingindo especialmente os mais pobres, no programa Minha Casa, Minha Vida Faixa 1, que se destina a famílias com renda inferior a R\$ 1.800,00. Essa medida acaba com os programas de Habitação Rural, Habitação Urbana e Habitação em parceria com Entidades. (PNHR, FAR e FDS). Além disso, não destina recursos para Urbanização de Favelas em todo o país.

Caso esse projeto seja aprovado desta maneira, nem as obras selecionadas neste ano, nem as contratadas até 31 de dezembro de 2017, e ainda em execução, terão seus recursos assegurados.

Nesse sentido, os movimentos, centrais e entidades populares abaixo assinados manifestam sua indignação e repúdio a esse governo que mais uma vez golpeia a população mais pobre e massacra o povo sem teto de nosso país. Enquanto o governo corta programas habitacionais,

umentam os despejos e a precariedade da moradia. Denunciamos a agenda golpista de retirada de direitos e convocamos todos e todas para a resistência e a luta contra mais este golpe que joga uma pá de cal no programa Minha Casa, Minha Vida, e acaba de vez com sonho da moradia de milhões de brasileiros. (BRASIL, 12 de setembro de 2017)⁶.

Após a pressão popular, o Executivo reenviou uma nova peça orçamentária com pouco mais de R\$ 6 bilhões destinados ao Programa Minha Casa Minha Vida, o que é pouquíssimo comparado ao déficit habitacional brasileiro que é de 7,2 milhões de moradias e que atinge, principalmente, famílias que ganham até 3 salários mínimos, residentes em grandes centros urbanos. (FJP, 2015). Esse valor também é irrisório se comparado com os 1 trilhão 778 bilhões de reais que serão destinados em 2018 ao pagamento da dívida pública que, há tempos, vem sugando os recursos públicos para garantir o processo de financeirização do capital cujos “ovos de ouro” lamamoto (2007) já nos mostrou que não são tão brilhantes assim.

Outra ação do governo pós-golpe que atacou o direito à cidade foi à decisão de paralisar a produção de unidades habitacionais para a faixa da população com menor renda (aquelas que recebem menos de 1800 reais) e de autorizar a liberação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para financiar a compra de unidades habitacionais já construídas para população com renda acima de 1800 reais (passaram a poder ser financiados imóveis de até 1,5 milhões de reais).

Avaliamos que a estratégia de alterar o perfil socioeconômico das famílias transformou um programa que se pretendia social em uma linha de crédito imobiliário já que o déficit habitacional se concentra exatamente no segmento populacional com menor renda. A estratégia de usar o FGTS atendeu diretamente os interesses do capital imobiliário que, desde 2016 já sinalizava

⁶ A carta foi assinada pelos seguintes movimentos e entidades: Central dos Movimentos Populares (CMP), Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM); Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); Confederação Nacional dos Trabalhadores Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (CONTRAF /FETRAF-BRASIL); Movimento Camponês Popular (MCP), Movimento de Luta dos Bairros e Favelas (MLB); Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras por Direitos (MTD/MOTU); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST); Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN), União Nacional por Moradia Popular (UNMP). Disponível em: <<http://www.unmp.org.br>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

estar em crise devido ao aumento dos distratos, devoluções de imóveis já adquiridos, aumento do estoque de imóveis à espera de compradores, diminuição das linhas de crédito. Mais uma vez na história do País o Estado interviu para garantir a reprodução e acumulação do capital, ou, nos termos de Harvey (2012), interviu para valorizar os ativos do capital por meio da “acumulação por espoliação”, rompendo a barreira da falta de demanda, assaltando o fundo dos trabalhadores brasileiros e repassando renda e riqueza oriundas da classe trabalhadora ao capital imobiliário.

Ainda no urbano, como parte do avanço do conservadorismo político, foram aprovadas as Portarias 267, 268 e 269 e a Instrução Normativa 14, todas de março de 2017, que anunciam novas regras para contratação de moradias pelo PMCMV em todo Brasil⁷. É fato que o direito à moradia e o combate ao déficit habitacional está longe de ser uma prioridade do governo de Michel Temer, tanto que essas normativas prevêm a contratação de apenas 170 mil moradias, número insignificante perto das 3,76 milhões de moradias produzidas pelo Programa desde seu início e do déficit habitacional brasileiro⁸. Para ser mais exato, no período entre 2009 e 2016 foram construídas 470 mil moradias/ano, 300 mil a mais do que está previsto para o ano de 2017.

Soma-se a esse processo a Proposta de Emenda Constitucional 55 (PEC 55), que foi elaborada pelo governo de Michel Temer ainda no segundo semestre de 2016 e aprovada na Câmara dos Deputados como PEC 241 em 13 de dezembro de 2016. Apesar da intensa mobilização social contra essa proposta, presente em diversas cidades do país, as forças conservadoras hegemônicas conseguiram congelar os gastos públicos pelos próximos vinte anos. Isso foi possível por meio da vinculação do gasto público à variação da inflação com base no Orçamento de 2016. Essa violação da Constituição democrática representa, no mínimo, o explícito comprometimento do Estado com a agenda neoliberal e com a manutenção dos privilégios dos dominantes que é constitutiva da formação social brasileira. Chauí (2000) nos ajuda a entender a relação entre

⁷Das 170 moradias previstas para contratação em 2017, 100 mil são na modalidade Empresas (Portaria 267/2017), 35 na modalidade Entidades (Instrução Normativa 14/2017) e 35 mil na modalidade Rural (Portaria 268/2017).

⁸De acordo com a “Relatório Déficit Habitacional No Brasil 2013-2014” da Fundação João Pinheiro. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/informativos-cei-eventuais/634-deficit-habitacional-06-09-2016/file>>. Acesso em 18/04/2017.

a PEC 55 e o movimento mais amplo de crise do capital ao afirmar que o neoliberalismo leva ao extremo a própria estrutura histórica da sociedade brasileira ao reforçar os privilégios dos dominantes e a carência das camadas populares. Essa polarização se recrudescer na medida em que o neoliberalismo promove a:

1) Destinação preferencial e prioritária dos fundos públicos para financiar os investimentos do capital; 2) a privatização como transferência aos próprios grupos oligopólicos dos mecanismos estatais de proteção dos oligopólios, com ajuda substantiva dos fundos públicos; a transformação de direitos (como educação, saúde e habitação) em serviços privados adquiridos no mercado e submetidos à sua lógica (CHAUÍ, 2000, p.92).

Portanto, se não revertermos esse quadro certamente haverá o aprofundamento da desigualdade social e da violência urbana. Se hoje “os seis⁹ maiores bilionários do Brasil têm a mesma riqueza e patrimônio que 100 milhões de brasileiros, correspondente a metade mais pobre de toda população.” (OXFAN, 2017), a tendência é que o teto para os gastos públicos limite ainda mais o desenvolvimento social e econômico nos próximos anos e aprofunde ainda mais o abismo que há entre as camadas populares e os privilegiados.

Importante lembrar ainda que neste contexto de golpe civil parlamentar foi aprovada a Reforma Trabalhista em novembro de 2017, destruindo o pacto Vargas e fazendo com que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) perca qualquer efeito de regulação das relações de trabalho; assim como foi enviada ao Congresso Nacional uma proposta de Reforma da Previdência que, apesar de ainda não ter sido aprovada, buscava acabar com a Seguridade Social, um sistema de proteção social composto pela saúde pública, assistência social e previdência conquistado a partir da Constituição de 1988. Certamente ambas Reformas impõem enormes retrocessos para os direitos dos trabalhadores.

O golpe e a criminalização dos movimentos sociais

⁹ Os seis maiores ricos da atualidade são: 1) Jorge Paulo Lemann, fortuna de 27,4 bilhões de dólares (AMBEV); 2) Joseph Safra, fortuna de 23,5 bilhões (BANCO SAFRA); 3) Marcel Telles, fortuna de 14 bilhões de dólares (AMBEV); 4) Carlos Alberto Sicupira, fortuna de 12 bilhões (AMBEV); 5) Eduardo Saverin, 10,1 bilhões (Facebook) e 6) Pedro Moreira Salles, fortuna de 5,1 bilhões (Itaú Unibanco). (OXFAN, 2017 e FORBES, 2018)

Contudo, no bojo deste violento processo de perda de direitos que vivemos no país os movimentos sociais tem se mobilizado, ocupado à cena pública e disputado o sentido da hegemonia dominante.

No campo das lutas urbanas, destacamos a ação da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP), da União Nacional por Moradia Popular (UNMP), do Movimento dos Trabalhadores dos Sem Teto (MTST), do Movimento de Luta dos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), dos diversos movimentos de ocupação de prédios públicos nas cidades, da Central de Movimentos Populares (CMP) e das Frentes Brasil Popular e Povo sem Medo, que resistem e tencionam o governo e a própria sociedade para garantir a retomada das contratações de unidades habitacionais para faixa da população com menor renda, não por acaso, nessa faixa se concentra a maior parte do déficit habitacional¹⁰.

Como parte das estratégias de resistência, alguns destes movimentos¹¹ organizaram a “Marcha Nacional pelo Direito à Cidade – Reforma Urbana Já”, entre os dias 05 e 07 de junho de 2018, rumo à Brasília. Para além das reivindicações pela retomada da Política Nacional de Habitação de Interesse Social, pela realização da VI Conferência Nacional das Cidades em 2018 e pela Retomada imediata do Conselho Nacional das Cidades, os movimentos denunciaram a decisão do governo de Michel Temer de cortar mais recursos das áreas sociais para desmobilizar a Greve dos Caminhoneiros que parou o país no fim de maio. Abaixo a nota oficial da Marcha, assinada pelos movimentos organizadores.

Na última semana, o governo golpista de Michel Temer (MDB) anunciou, como medida para barateamento do preço do diesel, cortes nos chamados “gastos públicos”, dentre eles parte do pequeno orçamento destinado à construção de moradia popular.

Os Sem-Teto não podem pagar essa conta! Ao invés de mudar a política de preços da Petrobras, que privilegia o capital financeiro em detrimento dos interesses do povo brasileiro e é a verdadeira causa dos aumentos abusivos nos preços dos combustíveis e do gás de cozinha, o governo federal optou por prejudicar ainda mais a população. Para dar o prometido desconto de 46 centavos por litro de

¹⁰ Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/2017/02/20/por-dentro-da-ocupacao-do-mtst-na-paulista/> e <https://www.conversaafiada.com.br/brasil/mtst-ocupacao-da-paulista-completa-quinze-dias>
Acesso em 09/04/2017

¹¹ A Marcha foi organizada por 6 movimentos: União Nacional por Moradia Popular (UNMP), Central dos Movimentos Populares (CMP), Confederação Nacional de Associações de Moradores (Conam), Movimento de Luta de Bairros e Favelas (MLB), Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD) e Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN).

diesel, os golpistas vão cortar R\$ 1,2 bilhão em investimentos nas áreas sociais.

Destes, serão R\$ 12 milhões a menos em regularização da estrutura fundiária, R\$ 5,64 milhões a menos em organização da estrutura fundiária, R\$ 6,2 milhões a menos em saneamento básico e R\$ 7,74 milhões a menos da moradia para a faixa mais baixa de renda!!

Os movimentos de moradia não admitem mais esse ataque dos golpistas¹²!

No campo das lutas por direitos civis a intervenção militar no Rio de Janeiro é emblemática da falência das instituições democráticas. Em vigor desde 15 de fevereiro de 2018, a intervenção reedita o medo dos agentes do Estado que assassinaram, torturaram e sequestraram pessoas que lutavam contra a Ditadura e que, mesmo após a Comissão da Verdade, seguem impunes. Pelas ruas da cidade a intervenção militar se soma a lógica do controle urbano que vinha se desenhando desde os megaeventos esportivos. Neste contexto, os riscos colocados para as liberdades civis e políticas dos movimentos sociais são enormes já que o acesso ao sistema é restrito às elites, historicamente leniente com os ricos e severa com os pobres, marcado pelo preconceito de classe, raça e gênero. Assim, perpetua a descrença da população na justiça onde os ricos não são punidos e dos pobres não são protegidos.

Há uma crítica radical dos movimentos sociais em relação ao Estado. Este é tido como um dos principais violadores de direitos na atualidade, ao lado das grandes corporações privadas que se organizam com base na expropriação dos bens comuns e na imposição de modos de vida pautados no individualismo e no consumismo. Nas cidades, principalmente nas regiões metropolitanas e periféricas onde precariedade urbanística se soma a violência, os movimentos sociais urbanos têm denunciado o retorno do trato da questão social como caso de polícia. Esse cenário resulta no agravamento da situação de violência contra jovens pobres e de periferias urbanas, no sofrimento de mulheres jovens e negras decorrentes dos efeitos das desigualdades de gênero, na violência característica da implementação de grandes projetos de desenvolvimento, na criminalização dos sem teto e da população de rua.

¹² Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2018/06/marcha-por-retomada-de-politica-nacional-de-habitacao-mobiliza-pessoas-de-todo-o-pais-em-brasilia> Acesso em 02/07/18.

Como parte do recrudescimento da violência urbana, vivemos em 14 de março de 2018 o brutal assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL) e de seu motorista Andreson de Oliveira no Rio de Janeiro que ainda não foi solucionado. Mulher, negra, mãe, lésbica, oriunda do Complexo da Maré, Marielle foi a candidata mais bem votada nas eleições municipais de 2016 e desde então vinha reconstruindo o sentido de fazer política na institucionalidade democrática. Numa Câmara formada majoritariamente por homens, brancos, oriundos das castas políticas da elite carioca, Marielle construiu um mandato coletivo, com plenárias de planejamento e avaliação horizontais, em diálogo constante com os movimentos sociais. Defensora de direitos humanos, atuava contra a militarização da cidade e mais recentemente contra a intervenção militar, contra o racismo institucional, contra o genocídio dos jovens negros, em defesa dos moradores de favela, com ênfase na defesa dos direitos das mulheres e das minorias sociais. Todo esse conjunto de ações foi solapado com sua morte e algumas questões ficaram no ar: Quem matou Marielle? Quem mandou matar Marielle? Qual a responsabilidade do Estado com a sua morte?¹³.

Outra crítica de parte dos movimentos sociais em relação ao Estado deve-se aos cortes nas políticas sociais de distribuição de renda realizados em 2017. De acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio neste ano o país tinha 207,1 milhões de habitantes, dos quais 1% com os maiores rendimentos recebiam, em média, R\$ 27.213, enquanto 50% da população com os menores rendimentos recebia 36,1 vezes menos, o que corresponde em média a R\$ 754. Apesar dessa enorme desigualdade de renda que marca a sociedade brasileira em 2017 o rendimento médio mensal real domiciliar per capita caiu de R\$ 1.285 em 2016 para R\$ 1.271 em 2017 assim como apenas 13,7% dos domicílios brasileiros receberam dinheiro referente ao Programa Bolsa Família, uma participação inferior à de 2016 quando correspondia a 14,3%. Vale destacar que o rendimento médio mensal real domiciliar per capita nos domicílios que recebiam o Bolsa Família foi de R\$ 324 e naqueles que não recebiam foi de R\$

¹³ Campanhas como Quem matou Marielle? Quem mandou matar Marielle estão sendo realizadas pelos movimentos sociais para pressionar os responsáveis pela investigação do caso. Até 14/06/2018, 4 meses após o fato as respostas a essas perguntas ainda não foram solucionadas. Apesar disso, parte dos ativistas de direitos humanos e apoiadores seguem acreditando na construção de candidaturas institucionais como forma de ação política e de transformação da democracia. São exemplos a Campanha “Mulheres na Política” e a “Campanha Vamos”.

1.489. (IBGE, 2017). Somado a isso, 143 mil famílias retornaram ao Programa Bolsa Família em 2017 e há 525 mil famílias na fila de espera. (MDS, 2017).

Raichelis (2013; 2016) e Silva e Silva (2008) estudaram em profundamente as políticas sociais de transferência de renda no Brasil e na América Latina. A partir destes estudos apontam que elas foram instrumentos importantes para garantir o repasse de parte do fundo público para os trabalhadores, gerando distribuição de renda, diminuição da pobreza, garantindo melhores condições de inserção das mulheres no mercado de trabalho, entre outras modificações nos arranjos familiares das famílias beneficiárias.

Outros autores como Behring (2009) e Boschetti (2012) também estudaram a implementação das políticas sociais nos últimos anos, contudo, seus estudos se dedicam a mostrar a nova face do neoliberalismo que inclui as parcelas pobres financeiramente ao mercado e, ao fazer isso, contribui para a despolitização e fragmentação social.

Por fim, avaliamos que os governos petistas colocaram em prática políticas públicas de natureza distributiva, mas não confrontaram o rentismo do capital e não realizaram reformas estruturais. De qualquer forma, há que se reconhecer que os governos do PT – mesmo que distanciado de suas premissas originais – realizou um importante trabalho acesso as políticas sociais e de ascensão social, embora centrado na inclusão de parcelas expressivas da classe trabalhadora pela via do consumo individual. Talvez o principal equívoco do PT tenha sido tentar colocar em prática um Estado de bem-estar social sem realizar as reformas estruturais – fiscal, tributária, agrária e política -que permitiriam mudanças substantivas no contexto do capitalismo brasileiro.

CONCLUSÃO

Nesse artigo refletimos sobre alguns fatos que tomaram a cena política do País no último ano e que, na nossa avaliação, contribuem sobremaneira para que tenhamos dimensão dos desafios postos ao conjunto das forças de esquerda do país, com quem defendemos que os profissionais do Serviço Social devem estar comprometidos.

Avaliamos que a crise democrática é tão profunda que não será solucionada pelo pragmatismo político. Para muitos o pragmatismo se justificaria para conter uma possível vitória do candidato Jair Bolsonaro, ou a de qualquer outra candidatura apoiada pela direita tradicional, que poderá ser Geraldo Alckmin, Henrique Meirelles, Joaquim Barbosa, João Amoedo, entre outros. Da mesma forma ela também não será solucionada pelo realismo político, ou seja, pela aceitação o avanço do conservadorismo e do fascismo. Entendemos que é preciso apontar quais são os princípios de uma democracia de fato, que nesse contexto precisam ser resgatados e reafirmados para construção de uma sociedade liberta e emancipada.

Por exemplo, não é aceitável que o campo progressistas não assuma o debate contra o sistema da dívida pública, por mais complexa e muitas vezes abstrata que seja travar esse debate com a população; que assuma a importância de realizar uma reforma tributária profunda, que siga o princípio da progressividade; que debata e se assuma o compromisso de quebrar o oligopólio da mídia corporativa e estabelecer uma regulação de funcionamento da mídia, que defenda a reforma agrária e urbana intransigentemente, reconhecendo que essa é uma luta que coloca em cheque a propriedade privada e os imensos privilégios das elites brasileiras. Também não é aceitável que o campo progressista se cale diante da criminalização dos movimentos sociais e da militarização das cidades que atinge em maior grau aqueles que são pobres, negros e moradores das periferias urbanas.

É nesse contexto que temos que discutir que há uma reconfiguração dos movimentos sociais, na qual, junho de 2013 é um marco, mas principalmente, um momento catalisador das insatisfações, compreendendo que o ciclo de protestos de 2013 é fruto de processo sócio-político, no cenário de emergência dos protestos globais e que tem desdobramentos na agenda e forma de organização - expressas nas estratégias de ocupação dos espaços públicos, as ruas, as escolas; trazendo a cena outros atores, em especial a juventude, urbana, negra e feminina, mas também os movimentos sociais de direita.

A atual crise do Estado Democrático de Direito do Brasil explicita o quanto o projeto político neoliberal tornou-se hegemônico por aqui nos últimos anos, mostra ainda que os retrocessos e desmontes das políticas sociais,

embora historicamente combatidos pelos movimentos sociais, são parte constitutiva das escolhas políticas antidemocráticas que sustentam a agenda neoliberal. A democracia é um risco ao neoliberalismo e não podemos perder isso de vista, no seu sentido mais genuíno a democracia tem a igualdade como fundamento e, por isso, mesmo no caso da jovem democracia brasileira, ela coloca em cheque manutenção dos privilégios dos dominantes que é constitutiva da formação social brasileira. (Chauí (2000). Assim, colocamos em pauta a necessária autocrítica do campo político das esquerdas e movimentos sociais progressistas e a construção de novas estratégias de ação política que possam fortalecer a nossa democracia.

REFERÊNCIAS

BOSCHETTI, I.S. **América Latina, política Social e pobreza: novo modelo de desenvolvimento?** In: SALVADOR, Evilásio (Org.). et al. **Financeirização, Fundo Público e Política Social**. São Paulo: Cortez, 2012. (p.31-58)

BEHRING, E. R. **Acumulação capitalista, fundo público e política social**. In: Política social no capitalismo: tendências contemporâneas. BEHRING, Elaine; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; MIOTO, Regina Tamasso. (Orgs.). 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p.44-63.

CHAUÍ, M. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

DUARTE, R. G. O Processo de reabilitação e renovação urbana na cidade do rio de janeiro e suas perspectivas. **Revista Electrónica de Geografía Y Ciencias Sociales**, v. 9, n. 194, v.44, 2005.

REVISTA FORBES. **Ranking 2018 das maiores fortunas**. Disponível em: <<https://www.forbes.com/billionaires/#263eec70251c>>. Acesso em: 11 jun. 18.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, **Relatório do Déficit Habitacional Brasileiro**, 2015.

HARVEY, D. **O enigma do capital**. São Paulo: Boitempo, 2012

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Anna Blume, 2005.

_____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola. 2003.

IBGE. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio**. Rio de Janeiro, 2017.

IAMAMOTO, M. V. Capital fetiche, questão social e Serviço Social. In: **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. São Paulo. Paz e Terra, 1979.

MARICATO, E. A reforma urbana, 33 anos depois. In: ASSENTAMENTOS mais humanos. FNA: 1996.

MDS. **Ministério de Desenvolvimento Social**. Brasília, 2017.

OXFAM BRASIL. **Relatório a distância que nos une**: um retrato das Desigualdades Brasileiras. São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/a-distancia-que-nos-une>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

RAICHELIS, R; SOTO, S. F.; TRIPIANA, J. D. O trabalho como categoria central e a divisão sócio técnica do trabalho institucional nas políticas sociais. In. SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Mito e a realidade no enfrentamento à pobreza na América Latina**: o estudo comparado de Programas de Transferência de Renda no Brasil, Argentina e Uruguai. São Paulo: Cortez, 2016. p. 249-277.

RAICHELIS, R. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 116, Especial: Proteção Social, out./dez. 2013.

SILVA E SILVA, M. O. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. 4. ed. SILVA, Maria Ozanira Silva e; YASBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo di. (Orgs.). São Paulo: Cortez, 2008.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Relatório Eleitoral**: segundo turno das eleições presidenciais. 2014.

VILAÇA, F. Efeitos do espaço sobre o social. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 7., Recife, 1997. **Anais...** Recife, 1997.